



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

EDITAL Nº 04, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, com fundamento na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 16 de junho de 2009, e alterações posteriores e no regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º Tornar público modelo de prova com gabarito preliminar da prova objetiva referente ao 1º Processo Seletivo para Estagiários de nível superior para a área de Direito (ANEXO I), da Procuradoria da República no Amazonas, realizado em 07/12/2020.

Art. 2º O candidato pode verificar sua nota na plataforma Moodle, bem como as marcações realizadas.

Art. 3º Consignar o prazo de 01 (um) dia 09/12/2020 para interposição de recursos em face do gabarito preliminar, os quais deverão ser redigidos no formulário, conforme anexo VI do edital de abertura disponível no site <http://www.mpf.mp.br/am/estagio-conosco> e encaminhados para o e-mail: pram-estagio@mpf.mp.br, das 8h às 15h, horário de Manaus-AM.

THIAGO PINHEIRO CORRÊA
Procurador-Chefe

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **1**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



Acerca da proteção a minorias raciais, indique a alternativa incorreta:

- a. Ações afirmativas raciais que visem a proteger minorias como pretos, pardos e indígenas coadunam-se com o princípio da igualdade material, motivo pelo qual sua aplicação não ofende a isonomia
- b. A Constituição Federal reconheceu aos remanescentes de comunidades quilombolas que estivessem ocupando suas terras a propriedade definitiva destas
- c. O ensino da História do Brasil deverá levar em consideração as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, inclusive aquelas de matriz africana
- d. O STF estabeleceu jurisprudência segundo a qual as ações afirmativas não devem ser aplicadas amplamente em certames públicos, pois essa situação caracterizaria racismo reverso.
- e. A Constituição Federal determina expressamente que o Estado deverá proteger as manifestações culturais afro-brasileiras

Questão 2

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os direitos das mulheres, aponte a alternativa correta:

- a. O STF, em interpretação sistemática, entende que a proteção do mercado de trabalho específico para a mulher, ainda que prevista no texto constitucional, é inconstitucional por ofensa ao princípio da isonomia
- b. A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabeleceu que cabe ao homem a direção da sociedade conjugal. O STF, interpretando sistematicamente essa norma, reconheceu seu desuso
- c. O STF, ao julgar a possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, reconheceu que a dignidade do feto sobrepõe-se à da mãe, motivo pelo qual não se deve autorizar o procedimento cirúrgico nesses casos.
- d. O STF permitiu a interrupção de fetos anencéfalos, sob a condição de concordarem pai e mãe sobre a realização do procedimento.
- e. Todas as alternativas anteriores estão erradas.



Questão 3

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

1 - Aponte a alternativa correta sobre a situação jurídica de uniões homoafetivas:

- a. A jurisprudência pátria reconhece a validade dos casamentos homoafetivos, mas não a possibilidade de adoção de crianças por casais homossexuais
- b. O casamento homoafetivo, no direito brasileiro, é juridicamente reconhecido. Ademais, a família, inclusive a formada pelo casamento homoafetivo, é base da sociedade e merece especial proteção do Estado.
- c. Conforme interpretação preponderante no STF, deve prevalecer a literalidade da Constituição Federal, a qual estabelece que somente se configura a união estável entre homem e mulher.
- d. O direito brasileiro reconhece a casais homoafetivos a possibilidade de viver em união estável, mas não o casamento, reservado a casais heterossexuais
- e. Relações afetivas configuram-se como família a partir da possibilidade de procriação, motivo pelo qual as relações homoafetivas cingem-se ao direito das obrigações, não alcançando o direito da família.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Indique, acerca dos direitos titularizados pelos indígenas, a alternativa errada:

- a. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.
- b. A Constituição Federal reconhece aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens
- c. Cabe aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas.
- d. Figura entre as funções constitucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas
- e. A lavra das riquezas minerais em terras indígenas pode ser realizada após autorização do Congresso Nacional, sem necessidade de ouvir as comunidades afetadas, dado o interesse nacional dessa atividade.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **5**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



Sobre os princípios que norteiam a atividade administrativa, aponte a alternativa incorreta:

- a. O princípio da legalidade tem a mesma aplicabilidade e a mesma extensão na seara administrativa e na esfera privada. Assim, a repetição desse princípio nos arts. 5º, *caput*, e 37, *caput*, da Constituição Federal tem finalidade apenas de enfatizar sua importância.
- b. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, embora não estejam expressamente previstos no art. 37 da Constituição Federal, devem orientar a atividade administrativa.
- c. A observância do princípio da eficiência pelos gestores públicos pode ser controlada pelo Ministério Público.
- d. O princípio da publicidade impõe ao gestor público o dever de transparência no desempenho de suas funções
- e. O princípio da impessoalidade torna ilícita a promoção pessoal de agentes públicos na realização de publicidade institucional.

Questão 6

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A Lei nº 8.112/90 positivou os deveres dos servidores públicos. Sobre o tema, aponte a alternativa errada:

- a. Deve o servidor público representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- b. O servidor público deve cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais
- c. Tratar as pessoas com urbanidade é dever do servidor público expressamente previsto na Lei nº 8.112/92.
- d. É dever do servidor público levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- e. O servidor público deve atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas por cidadãos, inclusive as protegidas por sigilo.



Questão 7

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- a. A aplicação do ato administrativo a particulares depende de sua anuência, ainda que implícita.
- b. O administrador público deve demonstrar previamente a legitimidade de todo ato administrativo para que este possa vigorar.
- c. Por meio da revogação, retira-se a vigência de um ato administrativo válido, realizando-se juízo de oportunidade e conveniência.
- d. Nenhum ato administrativo irregular pode ser convalidado.
- e. Atos administrativos discricionários não são passíveis de controle diante do Poder Judiciário.

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os poderes administrativos, indique a alternativa correta:

- a. No exercício do poder vinculado, o administrador realiza juízo de conveniência e oportunidade.
- b. Para o exercício do poder disciplinar, devem-se observar os limites mínimo e máximo de cada sanção administrativa aplicável, de acordo com os tipos legais específicos, assim como ocorre no Direito Penal
- c. O poder hierárquico se aplica somente no Poder Executivo, mas não no Legislativo nem no Judiciário, nos quais há apenas relações de horizontalidade.
- d. O poder discricionário confere ao administrador margem de apreciação quanto ao mérito do ato administrativo. Esse poder deve ser exercido nos limites da lei, pois não se confunde com o arbítrio.
- e. Em regra, o poder regulamentar é exercido pelo administrador público de modo autônomo, independentemente da existência de norma legal autorizativa.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **9**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



São corretas as afirmativas a seguir sobre concurso de pessoas, **com exceção**:

- a. A instigação, o ajuste, a determinação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não seja tentado.
- b. O Brasil adota, como regra, a teoria monista;
- c. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- d. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;
- e. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

Questão 10

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Todas as alternativas abaixo representam situações em que existe o dever de agir, **exceto**:

- a. Quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de ocorrência do resultado;
- b. Aquele que tenha por lei obrigação de cuidado e proteção;
- c. Aquele que, por lei, tenha a obrigação de vigilância;
- d. Qualquer pessoa que se deparar com a provável ocorrência de um crime;
- e. Quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;



Questão 11

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre o crime de corrupção passiva, marque a alternativa **correta**:

- a. O efetivo recebimento da vantagem indevida é necessário para a consumação do crime;
- b. A pena é aplicada em dobro se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo a dever funcional;
- c. A solicitação de vantagem fora da função, mas em razão dela, não configura o crime.
- d. A vantagem indevida deve ser necessariamente pecuniária;
- e. Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem a pena aplicável é de detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Questão **12**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre o crime de moeda falsa, previsto no artigo 289 do Código Penal, marque a alternativa **correta**:

- a. A falsificação grosseira, sem potencial lesivo, não perfaz o tipo do artigo 289, podendo configurar estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal.
- b. O crime é punido com pena de detenção, de 3 a 8 anos e multa;
- c. Trata-se de infração penal de menor potencial ofensivo;
- d. Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é isento de pena;
- e. O bem jurídico protegido pelo tipo penal é o patrimônio daquele que recebeu a moeda;



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **13**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



A respeito dos prazos para a realização do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o estabelecido pelo Código de Processo Penal (CPP - Decreto-Lei 3.689/1941):

- a. O CPP estabelece o prazo de cinco dias para o término do inquérito policial se o indiciado tiver sido preso em flagrante;
- b. O CPP estabelece o prazo de dez dias para o término do inquérito policial caso o indiciado seja preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão;
- c. O CPP estabelece o prazo de quinze dias para o término do inquérito policial quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela;
- d. O CPP não estabelece prazo algum para o término do inquérito policial;
- e. O CPP estabelece o prazo de dez dias para o término do inquérito policial caso o indiciado seja preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que expedido o mandado de prisão;

Questão 14

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A Lei n. 13.964/2019 incluiu o art. 28-A no Código de Processo Penal (CPP), dispositivo que regulamenta o acordo de não persecução penal. São requisitos para a pactuação do acordo, EXCETO:

- a. Não seja caso de arquivamento.
- b. A demonstração de que o crime investigado foi cometido com violência ou grave ameaça.
- c. A confissão do investigado.
- d. Haja cominação de pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ao crime investigado.
- e. A demonstração de que o acordo é necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.



Questão 15

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê hipóteses de competência da Justiça Federal para o processo e julgamento de crimes. NÃO É hipótese de competência federal:

- a. O julgamento dos crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- b. O julgamento dos crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.
- c. O julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.
- d. O julgamento de crimes políticos.
- e. O julgamento de contravenções penais, desde que cometidas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

Questão **16**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A respeito da prisão temporária no processo penal (Lei n. 7.960/89), assinale a alternativa FALSA:

- a. A prisão temporária terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b. A prisão temporária não poderá ser decretada no curso de investigações relacionadas a crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).
- c. Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.
- d. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- e. No mandado de prisão temporária constará, necessariamente, o dia em que o preso deverá ser libertado.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **17**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



De acordo com o *caput* do art. 7º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942), as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família são regidas pela lei do país em que:

- a. A pessoa manter 85% do seu patrimônio total
- b. A pessoa for domiciliada.
- c. A pessoa manter 51% do seu patrimônio imobiliário.
- d. A pessoa nascer.
- e. A pessoa contrair matrimônio.

◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...



Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **18**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



O mandado de segurança é uma garantia constitucional para a tutela de um direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridades públicas ou particulares no exercício de funções públicas delegadas. Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa **errada**.

- a. A "teoria da encampação" não é aplicada ao mandado de segurança.
- b. A controvérsia sobre matéria de Direito não impede a concessão do Mandado de Segurança.
- c. O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.
- d. Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- e. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

Questão 19

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Acerca das normas fundamentais do Processo Civil, assinale o item **correto**.

- a. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b. Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito ficam excluídos da regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.
- c. O art. 5º do CPC consagra o princípio da boa-fé subjetiva no CPC, devendo ser entendido como uma norma de conduta que impõe e proíbe condutas antiéticas, além de gerar situações ativas e passivas.
- d. O rol de normas fundamentais previsto no Capítulo I do Título Único do Livro I da Parte Geral do CPC é exaustivo.
- e. A vedação do comportamento contraditório não se aplica ao órgão jurisdicional.



Questão 20

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a competência no processo civil, assinale a alternativa **errada**:

- a. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, mesmo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- c. As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.
- d. Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- e. A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a intervenção de terceiros no processo civil, assinale o item **correto**.

- a. A representatividade adequada exigida do *amicus curiae* pressupõe a concordância unânime daqueles a quem representa.
- b. Juiz não pode, de ofício, instaurar o incidente de desconsideração da pessoa jurídica.
- c. O CPC não regulamentou a o instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica, não obstante o reconhecimento de tal instituto pela doutrina.
- d. O *amicus curiae* vem ganhando cada vez mais importância no reconhecimento da legitimidade das decisões judiciais, de sorte que sua participação processual ativa lhe outorga a faculdade de recorrer das decisões judiciais proferidas nos processos em que atuaram, sendo-lhe processualmente permitido, assim, buscar rediscutir o mérito e a justiça dos julgados.
- e. O STJ rejeitou a possibilidade de intervenção da Defensoria Pública da União no feito como *custos vulnerabilis* nas hipóteses em que há formação de precedentes em favor dos vulneráveis e dos direitos humanos, tendo em vista a inexistência de tal forma de intervenção de terceiros no CPC.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



De acordo com o art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, EXCETO:

- a. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.
- b. Soberania nacional, propriedade privada e função social da propriedade.
- c. Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- d. Tratamento favorecido para as empresas de grande porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração fora do País.
- e. Livre concorrência e defesa do consumidor.

◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



São condições de elegibilidade, na forma da lei, **exceto**:

- a. A idade mínima de 21 anos para vereador.
- b. O domicílio eleitoral na circunscrição;
- c. A nacionalidade brasileira;
- d. A filiação partidária;
- e. O pleno exercício dos direitos políticos;

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A perda ou suspensão de direitos políticos ocorrerá nos seguintes casos, **exceto**:

- a. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- b. Cassação ordenada pela autoridade competente;
- c. Incapacidade civil absoluta;
- d. Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- e. Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



Segundo o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil:

- a. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, de modo a ser possível cumular, para um mesmo infrator e pelo mesmo fato, sanções cível, administrativa e penal.
- b. Não há proteção especial conferida à Floresta Amazônica brasileira e ao Pantanal Mato-Grossense, que são tratados genericamente pelos dispositivos relativos à proteção da flora.
- c. Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, mas não a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, tarefa que é atribuída à coletividade;
- d. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se apenas ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- e. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, cujo sigilo será resguardado, a fim de proteger-se a imagem do empreendedor.



Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Segundo a Lei n. 9.605/1998:

- a. O baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator ambiental não constitui circunstância atenuante da pena.
- b. Verificada a infração ambiental, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;
- c. A pessoa jurídica pode ser apenada, dentre outros, com penas restritivas de direitos, como a suspensão parcial ou total de atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
- d. Em caso de proposta de suspensão condicional do processo em crimes ambientais, não se exige para a extinção da punibilidade a comprovação da reparação do dano ambiental.
- e. Responderão pelos crimes ambientais apenas as pessoas físicas a eles vinculadas, sendo inviável a responsabilização penal de pessoas jurídicas.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **27**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



O art. 5o da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece o rol dos direitos e garantias individuais e coletivos. A respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos, conforme previsão constitucional, assinale a alternativa **FALSA**:

- a. A inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são considerados direitos e garantias individuais e coletivos.
- b. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- c. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- d. A instituição do júri não é considerada como direito individual e coletivo.
- e. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Questão **28**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê normas de proteção aos indígenas e às suas comunidades. Um dos elementos associados à cultura indígena a que a Constituição outorga maior grau de proteção diz respeito às terras tradicionalmente ocupadas. A respeito das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e suas comunidades, assinale a alternativa **FALSA**:

- a. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- b. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- d. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- e. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo aos Estados, ouvido o Ministério Público local, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.



◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo 2020](#) / [1º Processo Seletivo 2020 - Graduação em Direito](#) / [2139-26](#) / [Geral](#)
/ [Prova Objetiva](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **29**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).



Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, assinale o item **correto**:

- a. A suspensão dos direitos políticos e o afastamento cautelar do cargo poderão ser aplicados liminarmente ao agente político que responder ação judicial em razão de ter cometido ato de improbidade administrativa.
- b. O servidor público que revelar a particular determinado fato sigiloso de que tenha ciência em razão das atribuições praticará ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.
- c. A Constituição Federal (art. 37, § 4º, da CF/88) elenca, em rol taxativo, as sanções aplicáveis aos atos de improbidade, de sorte que não é permitido, pela legislação infraconstitucional, a ampliação das penalidades.
- d. De acordo com o STJ, o estagiário que atua no serviço público não está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não se equipara a agente público para os fins legais.
- e. A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa pode levar à perda dos direitos políticos.

Questão 30

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

João, então prefeito de determinado Município do estado do Amazonas em 2014, firmou convênio com a União para a construção de uma quadra poliesportiva para atender a população, recebendo recursos federais que deveriam ser aplicados na realização da obra pública. Ocorre que a obra não foi entregue no prazo estipulado e, a partir de investigação feita pelo Ministério Público Federal, ficou demonstrado que houve prejuízo ao erário.

Paralelamente à investigação ministerial, o Tribunal de Contas da União instaurou procedimento de Tomada de Contas Especial para fiscalizar o convênio e, por fim, concluiu que João, prefeito do Município à época, utilizou indevidamente os recursos públicos, causando prejuízo ao erário, razão pela qual aplicou multa ao gestor e determinou o ressarcimento da verba pública.

Com base no Acórdão do TCU e demais elementos investigativos coligidos, o membro do Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.429/92, perante o juízo federal do estado do Amazonas, que julgou a ação procedente e condenou o Prefeito, aplicando-lhe as seguintes sanções: a) suspensão de direitos políticos por 5 anos; b) ressarcimento integral do dano; c) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 anos.

Diante da situação hipotética acima narrada, assinale o item **correto**:

- a. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais podem ser propostas até 3 anos após o término do exercício de mandato.
- b. Na fixação das penas previstas lei de improbidade administrativa (LIA), o juiz levará em conta a extensão do dano causado, mas não o proveito patrimonial obtido pelo agente.
- c. No exemplo acima, a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa (LIA) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d. Não configura *bis in idem* a coexistência de título executivo extrajudicial (acórdão do TCU) e sentença condenatória em ação de improbidade administrativa que determinam o ressarcimento ao erário e se referem ao mesmo fato, desde que seja observada a dedução do valor da obrigação que primeiramente foi executada no momento da execução do título remanescente.
- e. Como João exercia o cargo de prefeito à época dos fatos, a ação deveria ter sido ajuizada perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

◀ AVISOS IMPORTANTES

Seguir para...

Prova Subjetiva ▶